

DOSSIÊ

A sociologia das relações família-escola: reconfigurações sociais e novas perspectivas analíticas e metodológicas

**Desafios metodológicos nos estudos sobre a relação família-escola:
como pesquisar um espaço íntimo**

***Methodological challenges in studies on the family-school relationship:
how to research an intimate space***

Cibele Noronha Carvalho^a

cibbelecarvalho@gmail.com

Maria Amália de Almeida Cunha^a

amalia.fae@gmail.com

RESUMO

A maior parte das pesquisas sociológicas a respeito da relação família-escola adota entrevistas como ferramenta metodológica. As observações, quando realizadas, tendem a ocorrer em instituições educativas e não em espaços domésticos, por se tratarem do domínio da privacidade. No entanto, as limitações que se interpõem a essas escolhas têm sido cada vez mais discutidas. Por um lado, as metodologias discursivas restringem-se a acessar informações que estão disponíveis à consciência e à memória e quase sempre são centradas em um único informante, desconsiderando as relações de força internas ao grupo familiar. Por outro, o fato de que as observações são quase que exclusivamente realizadas em ambiente escolar deixa à sombra dinâmicas familiares que são fundamentais para a compreensão da relação família-escola. Partindo de uma revisão bibliográfica denominada revisão narrativa acerca dessa discussão metodológica, o presente artigo analisa em que medida é procedente a desconfiança em relação às entrevistas para investigar as práticas familiares e apresenta estratégias para mitigar os limites dessa ferramenta. Além disso, identifica e analisa os desafios e as estratégias ético-metodológicas encontradas por pesquisadores do campo para empreender observações em espaços domésticos, lócus privilegiado da unidade familiar e da privacidade.

Palavras-chave: Metodologia de Pesquisa. Relação Família-Escola. Socialização Familiar. Pesquisa em Espaço Doméstico.

ABSTRACT

Most sociological research on the family-school relationship uses interviews as a methodological tool. When carried out, observations tend to take place in educational institutions and not in domestic spaces, as this concerns the domain of privacy. However, the limitations that stand in the way of these choices have been increasingly discussed. On the one hand, discursive methodologies are restricted to accessing the information available to consciousness and memory. They are almost always centered on a single informant, disregarding the internal power relations of the family group. On the other hand, the fact that observations are almost

^a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

exclusively held in the school environment hides family dynamics, which are fundamental to understanding family-school relationships. Based on bibliographical research on this methodological discussion, this article analyzes the extent to which distrust in relation to interviews to investigate family practices is justified and presents strategies to mitigate the limits of this tool. Furthermore, it identifies and analyzes the challenges and ethical-methodological strategies encountered by field researchers to undertake observations in domestic spaces, a privileged *locus* of the family unit and privacy.

Keywords: Research Methodology. Family-School Relationship. Family Socialization. Studies in Domestic Space.

Introdução

Charles Wright Mills (1975) dizia que nem a vida de um indivíduo, nem a história de uma sociedade podem ser compreendidas sem que entendamos ambos. Dessa forma, os cientistas sociais, de modo geral, nos alertam sobre a importância de relacionar as questões públicas com as inquietações privadas, e nos mostram que as novas dinâmicas sociais não deixam de refletir transformações importantes também nos processos mais particulares da vida de um indivíduo, como aqueles mediados pela família e pela escola.

Assim, pode-se dizer que a família sempre esteve, de algum modo, dentre os objetos de inquietação da Sociologia. Entretanto, as pesquisas no campo da Sociologia da Educação, de tradição europeia, que estudavam as famílias até meados dos anos 1950-1960, o faziam por um viés mais macroscópico, por aquilo que denominamos hoje como “empirismo metodológico”. Inspirados por um extraordinário crescimento dos sistemas nacionais de ensino, a primeira tradição desses estudos esteve orientada por um clima de prosperidade econômica que ficou conhecido como “os 30 anos gloriosos” que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial. A Sociologia da Educação estudava a família a partir de fatores posicionais (renda, ocupação, nível de escolaridade, raça) e de suas características morfológicas (número de filhos, arranjo familiar, lugar da criança na fratria etc.), e fazia destas suas variáveis “independentes” a serem correlacionadas estatisticamente à variável “dependente” do desempenho escolar (Forquin, 1995 *apud* Cunha; Alves, 2018).

Portanto, a Sociologia da Educação desenvolvida antes da década de 1970 já vinha reconhecendo a relação das famílias com a escolaridade dos filhos, fruto das mudanças na sociedade de forma mais ampla. Dentre elas, destacamos o prolongamento da escolarização, as modificações demográficas vivenciadas pelas famílias, assim como a centralidade da escola no meio familiar. Não por acaso, o tema central desses estudos dizia respeito à correlação entre o sistema escolar e a estratificação/mobilidade social (Nogueira, 2005).

Nas décadas de 1960-1970, ganham hegemonia as chamadas teorias da reprodução, as quais, numa reação às abordagens funcionalistas até então predominantes, que insistiam no papel de mobilidade social desempenhado pelo sistema de ensino, o tratam como um mecanismo central de conservação de uma sociedade desigual (Bourdieu, 1989).

Os trabalhos de Bourdieu colocarão sob escrutínio a ideia de democratização do ensino e de meritocracia escolar. A perspectiva crítica adotada pelo autor contribui para o aprofundamento do

ângulo de análise sobre as práticas de escolarização das famílias e suas estratégias¹, ao evidenciar em relevo o papel das estruturas sociais: quanto mais essas estruturas são diferenciadas, mais dissimulados são os mecanismos de dominação. Esses mecanismos são responsáveis por favorecer a mobilização de estratégias de reprodução das pessoas e das instituições, como a família, a escola, a religião e a política (Ribeiro Valle, 2022).

As análises de Bourdieu e Passeron (2014), segundo as quais a instituição escolar, ao valorizar a cultura das classes privilegiadas, reproduz e confere legitimidade às desigualdades sociais, assim como os trabalhos de Boudon (1981), que justificam as desigualdades de êxito pelas estratégias empregadas pelas famílias – cujos recursos variam segundo a classe social –, são substituídos pouco a pouco por interpretações mais microssociológicas.

É então que se observa, a partir da década de 1980, uma reorientação teórico-metodológica que torna mais evidente a dimensão microscópica da realidade social, expressa sobretudo no interesse pelo que ficou conhecido como a “caixa preta” da escola. O estudo da “caixa-preta” acompanhou uma certa mudança de paradigma, em que os métodos investigativos da Sociologia da Educação se deslocam das macroestruturas para as microestruturas e voltam os olhos para “as pequenas unidades de análise” (Forquin, 1995).

O livro *A escola primária no cotidiano*, de Régine Sirota (1994), reflete o resultado das pesquisas empíricas empreendidas pela autora ao longo da década de 1980 para sua tese de doutorado, sob a orientação de Viviane Isambert-Jamati. Nele, já é possível observar esse *tournant* nas pesquisas no campo da Sociologia da Educação. A autora irá se interessar pelo cotidiano escolar de uma escola primária e, a partir desse objeto (a sala de aula), analisar a produção do fracasso ou sucesso escolar por meio dos processos de interação social entre todos os sujeitos que compõem uma situação pedagógica. Essas reflexões mostram como o problema teórico aparece amalgamado com o problema metodológico (a constituição do cotidiano escolar em um fato observável). “Ou seja, no interior de um sistema de relações sociais, o cotidiano escolar cristaliza-se na situação pedagógica, onde se produz uma interação social que cria um certo tipo de rede de comunicação, na qual cada um se inscreve através do seu modo de intervenção” (Sirota, 1994, p. 12-13).

Assim, tomando como objeto heurístico a sala de aula, Sirota (1994) procura desvelar os processos ainda velados que se encontram no interior da caixa preta da escola, ao analisar de que forma esses processos são orientados pelas estratégias de socialização, como a maior ou a menor adesão às regras do jogo escolar pelos alunos. Além disso, nos processos de interação vivenciados em uma situação pedagógica, os alunos também são posicionados em função de sua origem social, o que os faz se situarem uns em relação aos outros de maneira diferenciada, assim como diante das normas escolares.

¹ Para Pierre Bourdieu, as “estratégias” se referem às ações conscientes ou inconscientes que indivíduos e grupos realizam para alcançar seus objetivos, considerando as condições e limitações do campo social em que atuam. Assim, a noção de estratégia não estaria associada apenas à ideia de cálculo intencional, por meio de uma ação consciente e planejada. Para Bourdieu, as estratégias situam-se, na maioria das vezes, no nível pré-reflexivo ou infraconsciente, porquanto, fruto do *habitus*. Bourdieu emprega com frequência a metáfora do jogo para esclarecer sua visão das lógicas da ação social e, em especial, das estratégias, como produto do domínio prático das formas de conduta nos diferentes espaços do mundo social. Esse domínio é explicado pelo *habitus*, que pode ser entendido, ao mesmo tempo, como sendo jogo e como próprio jogo incorporado individualmente por todo agente ao longo do tempo (Seidl, 2017).

Segundo Sirota (1994), o universo das interações em sala de aula compreende muito mais do que o espaço físico, ou seja, o local onde ocorrem as interações entre professores, alunos e materiais didáticos. A sala de aula significa, também, um espaço simbólico, em que os atores representam normas, valores, expectativas da instituição escolar, dos professores e das próprias famílias dos alunos e, por isso mesmo, é um espaço de negociação, em que professores e alunos constroem significados e estabelecem relações de poder, permeado por dinâmicas de autoridade, obediência e resistência. Assim, é possível dizer que, na sala de aula, são moldadas as estratégias estabelecidas pelos próprios atores, orientadas também por suas propriedades sociais, em uma clara conexão entre a perspectiva microssociológica e a macrossociológica.

Torna-se claro, então, que as práticas de socialização são essenciais para se compreender o universo da relação família-escola e as diferentes estratégias de escolarização adotadas pelas famílias. Se a teoria da reprodução, como vimos anteriormente, revelou certa zona de interesses compartilhados entre a escola e as famílias mais favorecidas, na medida em que estas últimas são capazes de manejar as melhores estratégias para o bom uso da escola, assistimos, no final da década de 1990, desde a publicação do livro *Sucesso Escolar nos Meios Populares*, do sociólogo Bernard Lahire (1997), o argumento de que as famílias populares não são desprovidas de estratégias parentais em relação à escola, em uma clara crítica a uma espécie de *doxa sociológica* de que haveria uma omissão parental entre as famílias de meios sociais desfavorecidos.

Dessa forma, a partir da década de 1990, dando continuidade à perspectiva microssociológica, observa-se uma tendência nas pesquisas sobre a relação família-escola a destacar a importância que as famílias populares atribuem à escolarização dos filhos, ressaltando que essa importância não se expressa, em geral, nos moldes esperados pela escola, os quais seguem os padrões de mobilização típicos das camadas médias. Entretanto, as famílias populares também participam, a seu modo, da construção do sucesso escolar de seus filhos, ainda que o façam de um modo heterodoxo, dentro do universo do possível. Suas estratégias não seriam sempre explícitas e evidentes, mas não estariam tampouco ausentes do universo das práticas de socialização e mobilização parentais.

Com isso, abre-se uma nova “caixa preta”, a família, projeto teórico-metodológico que favorece um retorno aos grupos favorecidos, que visa, dessa vez, oferecer subsídios empíricos para a compreensão da formação do *habitus*, conceito altamente explicativo, embora pouco explicitado (Barthez, 1980). Em última instância, trata-se de conhecer empiricamente as práticas, interações e dinâmicas intrafamiliares que participam da construção precoce e rotineira das disposições, para ajudar a explicar como ocorre a transmissão intrafamiliar do capital cultural e de um *ethos* consoante à cultura escolar.

Ao realizar esta breve restituição do cenário dos estudos sobre a relação família-escola no domínio da Sociologia da Educação, chamamos a atenção para a necessidade de se investigar as contribuições e os desafios éticos e metodológicos que se apresentam às pesquisas qualitativas sobre a relação família-escola realizadas em ambientes domésticos, uma vez que, tal como observamos, essas pesquisas têm se valido de uma tendência baseada na perspectiva microscópica, ancorada sobretudo em uma abordagem qualitativa.

Dentre os desafios que se colocam nessa empreitada investigativa, destacamos desde o exercício de uma atitude reflexiva por parte dos pesquisadores, das pessoas e instituições

investigadas, na tentativa de se distanciarem de uma postura mais objetivista que predominou nas Ciências Sociais, até a dificuldade de obtenção do aceite das famílias, já que a presença do pesquisador se apresentaria como uma ameaça à privacidade.

Como tentaremos demonstrar, a construção de novos desenhos de pesquisa é fundamental para enfrentar os desafios teóricos e sociais que se colocam para os estudos da relação família-escola. Uma vez que se trata de uma discussão ainda incipiente na Sociologia da Educação brasileira, mas também internacional (Lareau; Rao, 2022), realizamos uma revisão bibliográfica denominada “revisão narrativa”. Esse método utiliza, como fonte principal, as publicações que visam a descrever, de maneira ampla, o desenvolvimento de um tema e os tipos de metodologias que estão sendo empregadas por pesquisadores no estudo do tema. A revisão narrativa é utilizada para descrever o estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual (Cavalcante; Oliveira, 2020).

Tal tipo de revisão permite também a combinação de resultados de estudos teóricos e empíricos, condição essencial para o escopo de nosso artigo, que se propõe justamente a escrutinar os desafios metodológicos presentes na relação família-escola em espaços domésticos². Todavia, não ignoramos os limites na escolha de uma revisão dessa natureza, como a dificuldade de sintetizar resultados e o risco presente desde a seleção da bibliografia até a subjetividade presente na interpretação da revisão. Apesar desses desafios, entendemos que a revisão bibliográfica narrativa é capaz de oferecer uma visão mais ampla e diversificada do tema investigado, bem como permite mapear as principais tendências, lacunas e padrões a ele associados.

Assim, procurando analisar algumas questões éticas e metodológicas encontradas por pesquisadores que objetivam compreender as práticas e interações familiares por meio de ferramentas discursivas ou observacionais, este artigo se divide em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira aborda os desafios iniciais que se apresentam aos pesquisadores que optam por adentrar nos espaços privados, como o recrutamento e a formação da amostra da pesquisa. A segunda analisa a escolha da ferramenta de produção de dados, as vantagens e desvantagens da utilização de metodologias discursivas para a compreensão das práticas, os desafios e estratégias encontrados pelos pesquisadores que realizaram observações intensivas em espaço doméstico, bem como a combinação de ferramentas metodológicas.

O delicado trabalho de entrar em campo nas pesquisas realizadas em domicílios

As inúmeras mudanças pelas quais passam a sociedade exigem uma revisão profunda dos princípios e das práticas de investigação. Uma dimensão essencial a esse respeito é o questionamento da postura relativista, que é indispensável tanto na Antropologia quanto na Sociologia para a construção da autonomia dos objetos e dos sujeitos de investigação (Van Zanten, 2003, p. 52). A

² Para configurar nossa equação de busca, concentrarmos os descritores em “relação família-escola” AND “espaços domésticos” AND “pesquisas em espaços domésticos” OR “relação família-escola em ambientes/espaços domésticos”, OR “espaço privado” OR “espaço doméstico” AND/OR “observação” OR “observação intensiva” OR “etnografia”. As bases consultadas foram o Google Acadêmico e o Scielo.

partir de uma perspectiva compreensiva, o pesquisador deve estar vigilante para não cair na tentação normativa e etnocêntrica, muitas vezes pretensamente indiferente, para acolher a diferença e, com ela, o desafio que isso representa nas sociedades atuais.

Assim, outra questão que tem suscitado, já há algum tempo, certa preocupação entre os pesquisadores que trabalham com a abordagem qualitativa diz respeito ao tipo de relação (mais próxima) com os sujeitos de estudo e, sobretudo, o problema da dominação. É na confrontação entre suas próprias classificações *a priori* e as classificações nativas que pode nascer um instrumento de conhecimento livre da dominação (Weber, 2009, p. 27). Para Weber (2009), embora o termo nativo faça referência a uma tradição de exotismo, ele permite igualmente designar uma posição analítica. Isso porque todo discurso, toda representação analisada é um discurso nativo. Qualquer pessoa é uma nativa em potencial: basta que a tomemos como objeto de observação e de análise. A vantagem do seu uso é justamente a de permitir ao pesquisador separar-se dos sujeitos que analisa e considerar a si próprio como um nativo (Weber, 2009).

É esse *go-between* que possibilita ao pesquisador evitar o risco da postura de dominação, muitas vezes etnocêntrica, e levar adiante o desafio da compreensão e da interpretação. Tendo isso em conta, é mais interessante escutar o que os nativos têm a dizer do que interrogá-los, não somente para ouvir suas próprias classificações, mas também para evitar receber respostas que não seriam senão o espelho das questões e das expectativas do pesquisador.

A maior parte das pesquisas sociológicas sobre a relação família-escola tende a adotar a entrevista como ferramenta metodológica (Nogueira; Resende, 2022). A observação, quando realizada, raramente ocorre em ambiente doméstico, talvez porque seja muito mais desafiador, para o pesquisador, adentrar em mundos cujos códigos lhe parecem distantes do seu mundo natal, mas, principalmente, porque a modernidade instituiu a casa como o lócus privilegiado da privacidade.

Essa dificuldade não é nova. Ao contrário, vem sendo teoricamente reportada por sociólogos da família desde Gilberto Velho (1981) e empiricamente enfrentada por pesquisadores censitários que trabalham em grupos urbanos em que unidade familiar e residência são coincidentes. Aqui, caberia pensar sobre essa premissa que, certamente, traz consequências relevantes para a Sociologia da Educação. Ao adotar, como modelo, a família nuclear, as pesquisas tendem a considerar apenas o grupo formado por um ou mais indivíduos que residem no mesmo espaço, sem permitir considerar laços de parentesco que são estreitos e mesmo de dependência, mas que não implicam em coabitacão. Assim, embora contribuam para traçar perfis, os dados censitários não permitem captar dinâmicas internas e raramente expressam o fator tempo e a trajetória do grupo familiar.

Por sua vez, as entrevistas realizadas pelas pesquisas acadêmicas sobre a relação família-escola quase sempre buscam conhecer a família a partir da produção de dados de um único respondente que fala por todos, muitas vezes uma mulher adulta, quase nunca uma criança. Embora tenham contribuído fortemente para a compreensão do efeito das dinâmicas familiares na trajetória escolar dos filhos, tendem a tomar a família como mera soma de indivíduos (Rodrigues, 1978; 1980), ao escamotear o fato de que, ainda que se comporte como um grupo, cada membro dele é dotado de individualidade e interesses próprios, nem sempre convergentes. Desse modo, as entrevistas com um único representante da família tendem a ocultar a distribuição desigual de poderes de acordo com essas propriedades sociais, ao passo que revelam a cristalização de papéis associados

a características de gênero e idade. Ao construir um retrato estático de uma família sem conflitos, corremos o risco de repetir o equívoco funcionalista, qual seja, a percepção de uma família nuclear, harmônica e com papéis claros e bem definidos.

Independentemente do desenho metodológico, a obtenção do consentimento dos sujeitos participantes se apresenta como particularmente delicada quando o lócus da pesquisa é o espaço doméstico. Por uma questão de conforto e até mesmo de segurança, os pesquisadores têm relatado a frequente necessidade de que o contato seja abonado por uma pessoa ou instituição de confiança.

No caso das pesquisas em Educação, a mediação das instituições de ensino dos filhos é um recurso bastante utilizado. Mais do que isso, a realização de uma etapa precedente de produção de dados na escola tem se mostrado propícia para a formação de um primeiro vínculo com as crianças, o que facilita a seleção e a aproximação com os pais. Dessa forma, os pesquisadores podem se abster da técnica de composição amostral por bola de neve, o que reduz as chances de compartilhamento involuntário de informações entre as famílias.

Essa estratégia foi adotada, por exemplo, no célebre trabalho de Annette Lareau (2018), cujo objetivo consistia em, por meio de observações intensivas, investigar os mecanismos a partir dos quais os pais transmitem e produzem vantagens que tendem a se converter em oportunidades educacionais e econômicas para os seus filhos. Lareau (2018) descreve que, apesar de considerar os primeiros encontros com as famílias assustadores, buscava parecer confortável e tranquilizar os participantes, ao afirmar que compreendia que a vida familiar e o cuidado com as crianças são bastante desafiadores. Ponderava que a equipe da pesquisa estava acostumada a gritos, choros de criança, quartos bagunçados e cozinhas por arrumar, e que a intenção do trabalho era justamente obter uma imagem o mais realista possível da vida familiar.

Inspirada no trabalho de Lareau (2018), Séverine Kakpo (2019) realizou uma observação de práticas e interações cotidianas em famílias de professores e identificou, nessa experiência, ao menos três fatores que facilitaram a obtenção do aceite de um número suficiente de participantes: forma de abordagem; sexo da pesquisadora; e identificação ou empatia dos sujeitos participantes, adultos e crianças, com os objetivos da pesquisa.

No que diz respeito à abordagem, a pesquisadora relata que tomou o cuidado de entrar em contato com os candidatos a participantes por meio de redes sociais, e não de canais institucionais das escolas em que trabalhavam, ainda que essa seja conhecidamente uma estratégia eficaz de recrutamento. Tal providência teve por objetivo reduzir, nos candidatos, a sensação de que estavam sendo antecipadamente observados (Kakpo, 2019). Embora o primeiro contato, muitas vezes, se realize por aplicativos de mensagens instantâneas, redes sociais ou internet, o convite presencial parece transmitir mais segurança do que o “convite a frio” (Lareau; Rao, 2022).

O segundo facilitador diz respeito ao fato de se tratar de uma pesquisadora do sexo feminino, já que as mulheres são socialmente percebidas como mais confiáveis no cuidado com as crianças e raramente recaem, sobre nós, suspeitas de crimes de violência, sobretudo de natureza sexual (Kakpo, 2019).

O terceiro e último fator diz respeito à aderência das classes médias intelectualizadas – grupo social a que pertencem as famílias participantes do estudo de Kakpo (2019) – aos propósitos da pesquisa. Nessas situações, ela procurou enfatizar que a participação seria uma contribuição para

o combate às desigualdades educacionais, argumento que pareceu sensibilizar os pais/professores, sobretudo por se tratar de um grupo avesso à autoimagem de estrategistas de distinção acadêmica e social.

O planejamento metodológico de Kakpo (2019) que, em alguma medida, pressupunha a motivação dos participantes para construir uma imagem de si mais desinteressada, aponta para um significativo conhecimento do *ethos* do grupo social investigado. Como ela mesma explica, os participantes pareciam tomar a pesquisa como uma estratégia distintiva em relação à elite, o que conferiu substância sociológica ao sentimento de singularidade social que possuem.

O real interesse das famílias na investigação não só possibilitou a entrada da pesquisadora em campo, como garantiu a continuidade da pesquisa. Segundo Kakpo (2019), ao final da produção dos dados, os participantes já tinham uma ideia mais clara das questões discutidas e percebiam, inclusive, as vantagens da realização das observações do cotidiano familiar, apesar dos inconvenientes gerados. Ainda que nem sempre de forma consciente, os pais também pareceram tomar essa participação como uma oportunidade de contribuir para a transmissão do gosto pelo fazer científico aos seus filhos.

De forma semelhante aos desafios apontados por Kakpo (2019), Bruggeman (2011) também evoca questões interessantes acerca das condições de realização de pesquisas e abordagens metodológicas “em domicílio”. Ao se deslocar do terreno da escola para as casas dos participantes do estudo, a pesquisadora se viu confrontada com outros espaços, outros tempos e outras questões culturais e sociais. Como pesquisar um espaço íntimo à justa distância? Ao indagar-se sobre essa questão, a autora traz suas experiências com duas pesquisas qualitativas diferentes (uma realizada com famílias ciganas da área metropolitana de Lille, e outra com famílias cujos filhos se encontravam “em dificuldades escolares”, em Pas de Calais).

De acordo com Bruggeman (2011, p. 56), é fundamental traçar um percurso em que não caiba muita improvisação e que, ao mesmo tempo, conte com uma extensa rede de apoio:

A pessoa que chamamos de “informante” no jargão etnográfico desempenhou um papel fundamental na fase de entrada no campo. Com efeito, ao contrário dos espaços institucionais aos quais acedemos através de procedimentos formais, a família – enquanto “campo” de investigação – não pode ser contactada diretamente pelo investigador que a desconhece. Daí a necessidade de ser apresentado por uma pessoa que já tenha estabelecido uma relação de confiança com a família no âmbito das relações profissionais e/ou pessoais, de forma a beneficiar de um a priori positivo que permita a facilitação dos primeiros contatos (tradução nossa).

Somente após a obtenção da concordância das famílias é que o pesquisador deve ir ao local, conhecê-lo e compreendê-lo, antes mesmo de entrar em suas casas. Esse mundo muito íntimo e particular requer um exercício cuidadoso de prospecção, de sondagem das dinâmicas internas, de uma certa habilidade diante da leitura do “não dito”. Para Bruggeman (2011), adentrar no universo das famílias é estar em um entremeio, já que o lugar nunca existe de uma forma pura. Isso porque, no cotidiano, os lugares são recompostos, as relações podem ser sempre reconstituídas.

Além dos desafios para se obter o consentimento dos pais, vale a pena mencionar aqueles relativos à conquista da aderência dos filhos, passo necessário para o bom andamento da pesquisa

e para o cumprimento das normas éticas das pesquisas com crianças no Brasil (Brasil, 2016; 2024). Em geral, a obtenção do assentimento deste grupo etário exige a mediação de outro adulto, pais ou professores, que assume a tarefa de favorecer a construção de uma relação de confiança entre a criança e o pesquisador, e explicar que a contribuição à produção científica é um valor moral. Sobre isso Kakpo (2019) relata que:

[...] embora eu não visse esse esforço (dos pais), percebia seus efeitos no campo. Na verdade, nem todas as crianças aprovaram imediatamente a ideia de participar da observação. Quando fiz essa proposta, Diego se mostrou muito relutante (por exemplo, ele se contorceu na cadeira, escondeu seu rosto e pediu que eu acompanhasse sua irmã mais nova, etc.). Contudo, na segunda-feira seguinte ele estava totalmente convencido de sua participação na investigação, depois que sua mãe explicou “tudo de novo” para ele durante o fim de semana (Kakpo, 2019, p. 175, tradução nossa).

A aferição do consentimento contínuo e a garantia da possibilidade de desistência de todos os participantes é especialmente delicada com as crianças. As pesquisas no campo dos Estudos da Infância têm ensinado que, em relação a esse grupo etário, uma postura ética implica que a escolha por participar ou não da pesquisa possa ser comunicada a qualquer momento e por linguagens diversas, inclusive não verbais (Cruz, 2008). De todo modo, o trabalho de mediação parece ser facilitado quando a criança já possui certa cultura científica. Para ilustrar essa suposição, Kakpo (2019, p. 175) relata que, quando explicou a uma criança, filha de professor, sobre o princípio da anonimização de dados, ela respondeu imediatamente: “eu sei [...] eu li na [revista] *Ciência e Vida*”.

Certamente, os fatores enumerados pela autora não teriam o mesmo impacto em pesquisas com outros grupos sociais. Sobre a relação entre classe social e as diversas formas de significação e graus de aderência das famílias, Lareau (2018) observa que, em famílias de classe média, sua pesquisa foi recebida como uma espécie de atividade de enriquecimento cultural, não muito diferente das aulas de música, línguas estrangeiras ou esportes. Se, nesses grupos, as famílias incluíram as crianças na tomada de decisão sobre a participação na pesquisa, nos meios populares, os pais tenderam a não solicitar as opiniões de seus filhos, apenas lhes informaram sobre a decisão. Certamente, esse estilo de educação parental impõe novos desafios éticos para o pesquisador, que se vê na situação de precisar distinguir entre o que é vontade livre e esclarecida da criança e o que é coerção dos adultos.

Pesquisadores internacionais (Jaccoud; Mayer, 2008) têm reportado que, em grupos desfavorecidos, a retribuição remuneratória pela participação pode se mostrar uma forma eficiente de obter a adesão dos participantes, sobretudo porque eles tendem a possuir uma jornada de trabalho alargada e dispõem, por isso, de pouco tempo livre para receberem os pesquisadores. No Brasil, no entanto, essa prática não é permitida e cabem apenas pequenos resarcimentos a eventuais prejuízos provocados pela pesquisa (Brasil, 1996). Por fim, refletir sobre o perfil das pessoas que aceitam o convite para participar de determinada pesquisa e as razões que as levaram a aderir é uma forma de prever possíveis vieses na interpretação dos dados.

Existe ferramenta metodológica mais adequada para se compreender as dinâmicas familiares?

As entrevistas

Os pesquisadores da Educação que se dedicam a compreender as dinâmicas familiares por meio de pesquisas qualitativas experimentam um dilema. Frequentemente interessados pelas práticas socializadoras, precisam optar pela adoção de metodologias discursivas combinadas ou não com a observação das práticas. Se tomam isoladamente as entrevistas, se deparam com a resistência à objetivação (Bourdieu, 1999) e com a impossibilidade de acessar aspectos que não estão disponíveis à consciência ou à memória dos sujeitos. Por outro lado, as observações realizadas em espaço doméstico impõem diversos desafios de ordem ética e metodológica.

Aqui, o que parece estar em jogo é mesmo a possibilidade de apreensão das disposições, essas “abstrações úteis” que se mostram intangíveis aos pesquisadores. Não podendo ser capturadas diretamente, elas precisam ser reconstruídas a partir dos dados produzidos, o que pode levar a alguns erros interpretativos, como adverte Lahire (2004). O primeiro desses erros consistiria em, a partir de um único episódio relatado ou observado, inferir a existência de uma determinada disposição em um indivíduo. O segundo seria desprezar o contexto em que as disposições são ativadas ou inibidas. Por fim, o terceiro corresponderia a deduzir mecanicamente a existência de uma disposição a partir do discurso do entrevistado.

Lahire (1997) chama a atenção para o que pode estar em jogo em uma relação social como a da entrevista, durante a qual as palavras não esperam que um sociólogo venha recolhê-las da boca ou da cabeça de um entrevistado. As palavras foram enunciadas porque os entrevistados participam do mundo social por meio de suas disposições culturais, esquemas de percepção e de interpretação, elas mesmas frutos de seu múltiplo pertencimento.

Portanto, para o autor, a entrevista desempenha o papel de um filtro que permite tornar enunciáveis certas experiências, ao mesmo tempo em que impede o surgimento de outras que implicam no uso de certas formas linguísticas que podem desestimular sua fruição. Isso acontece, por exemplo, quando a entrevista ocorre em um universo cultural diferenciado e hierarquizado (em que alguns produtos são mais legítimos do que outros); quando, além disso, a pessoa que responde a uma pergunta referente a esses objetos ou práticas participa mais ou menos desse universo e possui uma consciência mais ou menos clara da dignidade ou da indignidade cultural de certos objetos, de certas práticas, o que se reflete no que o autor chama de “efeitos de legitimidade”. Em resumo, é enfrentando a questão da entrevista como discurso não transparente que podemos ter uma oportunidade de reconstruir as práticas efetivas. Ou melhor, as disposições sociais efetivas que estão no princípio dos discursos proferidos (Lahire, 1997).

Sobre isso, Darmon (2019) afirma que, embora seja importante ponderar sobre os limites do uso de entrevistas para a compreensão da construção de disposições, isso não significa que seja impossível ou mesmo improdutivo buscar compreendê-las a partir das falas dos entrevistados. Bastaria que o pesquisador estivesse advertido de que não se deve encerrar a análise nos traços

disposicionais destacados pelos informantes em suas falas, ao negligenciar outros traços que, por diversas razões, não foram por ele enfatizados.

Segundo a autora, conviria captar as disposições por meio de comparações entre diferentes momentos ou processos. Dito de outro modo, a perspectiva comparativa poderia ser adotada para compreender as transformações que ocorrem em diferentes momentos do processo socializador de um mesmo sujeito, o que inclui o trabalho íntimo de autotransformação das disposições e seus inevitáveis conflitos internos. Foi o que Darmon (2019) observou em uma pesquisa realizada com meninas que atravessavam uma trajetória anoréxica e buscavam abandonar antigas disposições, assim como em uma investigação com estudantes de cursos preparatórios que empreendiam o esforço de se auto socializar de forma a abandonar comportamentos que os distanciavam de seus objetivos acadêmicos, ao substituí-los por hábitos mais ascéticos. A perspectiva comparativa também poderia ser empregada na compreensão de diferentes processos vivenciados simultaneamente pelo(s) mesmo(s) sujeito(s) ou, ainda, para analisar os efeitos de um mesmo processo socializador em diferentes sujeitos.

No caso das pesquisas sobre a relação família-escola, as entrevistas poderiam ser realizadas em uma mesma família e em momentos diferentes; poderiam se centrar em um estudante a fim de perceber a influência da escola, da família e de outras instâncias de socialização; ou ainda ser aplicadas em diferentes estudantes para compreender singularidades e recorrências na forma como cada família se relaciona com a socialização de uma mesma instituição escolar.

As observações intensivas

A fim de amenizar os limites das ferramentas metodológicas discursivas, uma segunda estratégia consistiria em realizar observações diretas das práticas que ocorrem dentro dos espaços domésticos. Menos empregadas do que as entrevistas, as observações domiciliares são consideradas excessivamente invasivas e, por isso, tendem a receber mais negativas ao convite para participar da investigação.

Além disso, a própria presença do pesquisador interfere diretamente na natureza do espaço privado, o que suscita questões de ordem epistemológica a serem enfrentadas. Que tipo de distorção o pesquisador externo ao grupo familiar produziria ao observar as dinâmicas do espaço privado? Quais as vantagens e as desvantagens de pesquisar a partir de seu próprio grupo familiar, como fez, por exemplo, Règine Sirota (2010) em sua pesquisa sobre festas de aniversário infantis? A melhor postura a ser adotada pelo pesquisador visitante seria mais próxima da neutralidade e da passividade, como no modelo naturalista, ou caberia alguma interação com os familiares?

Nesta seção, nos dedicamos a enumerar e analisar alguns procedimentos utilizados por pesquisadores da área da Sociologia da Educação, da Família ou da Infância no encaminhamento dessas questões. O primeiro deles diz respeito ao acordo com as famílias sobre os limites e possibilidades do pesquisador e os possíveis efeitos desses acordos na produção de dados.

Inspirada na pesquisa de Hochschild (1989) sobre a dupla jornada feminina, Lareau (2018) relata que chegou a pedir aos participantes que ignorassem sua presença e a tomassem como o

cachorro da casa a fim de evitar contaminações na produção de dados. Não tendo chegado tão longe, Kakpo (2019) menciona acordos explícitos, como a concentração da observação em apenas um dos filhos, e acordos implícitos, como a suspensão da observação em determinados momentos para preservar a privacidade da criança.

Esses acordos traduzem a adoção de um modelo de pesquisa mais inclinado à retração do pesquisador ou, ao contrário, à sua interação com os participantes. Deles também decorre a escolha do lugar de onde se observará as rotinas familiares, uma escolha que nunca é prévia e definitivamente fixada, mas que, ao contrário, é constantemente renegociada e redefinida em razão dos deslocamentos dos sujeitos ou mesmo de todo grupo. Vivenciando o dinamismo de uma família com filhos, com frequência, os pesquisadores precisam “acompanhar” as famílias em seus deslocamentos intra e extra residenciais (Czarniawska-Joerges, 2007; Mikats, 2020), tomando consecutivas decisões que ora resultam em uma posição mais próxima de um observador passivo, ora os aproximavam de um observador participante. Sentar-se à mesa com a família durante o café da manhã ou observar de pé? Ir com a família ao supermercado ou esperar no carro? Sentar-se na cama infantil ou no chão? Continuar observando passivamente ou ajudar a mãe que está sobrecarregada com o jantar e o bebê chorando? Vale dizer que, nos espaços domésticos, a passividade nem sempre produz neutralidade, já que aproxima o observador de uma visita. Por outro lado, uma participação comedida pode tornar o pesquisador mais familiar e, por isso mesmo, mais neutro.

Em todo caso, a observação do espaço doméstico demanda um forte “tato social” (Goffman, 1988), na medida em que se concretiza em uma espécie de “estar lá” (Geertz, 2004; Robind; Tillard, 2010) que exige do pesquisador o equilíbrio entre ser espontâneo e ocultar sua própria identidade. Lareau (2018) relata que isso foi especialmente penoso diante da necessidade de fazer refeições com as famílias quando se tratava de um alimento que desgostava, ou da necessidade de conter sua indignação em relação a estilos de educação autoritários ou opiniões políticas antidemocráticas.

Também a forma de registro em diário de campo decorre da decisão por um desenho de pesquisa mais ou menos participativo. Isso porque, quanto mais o pesquisador interage com a família, mais dificuldades encontra para registrar imediatamente suas anotações descritivas, teóricas e metodológicas (Hammersley; Atkinson, 2002; Jaccoud; Mayer, 2008). Evidentemente, há sempre a possibilidade de utilização de vídeos ou gravadores de áudio durante as visitas domiciliares, recurso que possibilita captar ações simultâneas de uma mesma cena doméstica, além de permitir uma transcrição menos impressionista. No entanto, há que se avaliar que o recurso pode gerar tensões e comprometer ainda mais a espontaneidade das práticas e interações que se dão no espaço privado.

Além da escolha, situada e reflexiva, por uma postura mais participativa ou mais restritiva, outro artifício para o manejo do acesso à rotina familiar é a ritualização da entrada e da saída e o tempo prolongado da observação. Mesmo realizando entrevistas exploratórias, é certo que o pesquisador pouco conhece das dinâmicas familiares antes de iniciar a sua observação, assim como os membros do grupo familiar desconhecem o pesquisador. Por isso, a ritualização da entrada tornaria esse momento menos imprevisível e desconfortável, pois marcaria o início de uma “fase de domesticação recíproca”, que favorece os vínculos de confiança mútua (Kohn, 1989).

Consenso entre pesquisadores adeptos da Etnografia (Jaccoud; Mayer, 2008), a permanência por um tempo mais alargado em campo oportuniza a crescente “familiarização” do pesquisador e a

consequente mitigação das resistências. A esse respeito, Lareau (2018) relata que, nas observações intensivas coordenadas por ela, os membros familiares iam paulatinamente se acostumando com a equipe da pesquisa e a tensão ia se dissipando, geralmente no terceiro e no décimo dia. Sobretudo para as crianças, argumenta, é difícil sustentar “um padrão de qualidade empresarial” por muito tempo.

Ainda que a observação em espaços domésticos exija algum esforço de supressão de si para que sobressaiam as práticas familiares, esse trabalho inequivocamente convoca a biografia do pesquisador. Lareau (2018) admite que parte de sua motivação para realizar esse projeto derivou da vontade de entender melhor o funcionamento interno das famílias, já que, quando criança, desejava possuir uma família que considerasse “normal”. Por outro lado, o temperamento difícil de seus pais teria permitido que ela se mantivesse precavida quanto às variações nos estilos de parentalidade, pois conseguia se sentir razoavelmente estável mesmo em residências onde havia gritos ou disciplinamento físico. Também para os assistentes de sua pesquisa, a história pessoal pareceu interferir ao determinar, inclusive, o que cada um deles considerou digno de nota em seu diário de campo. Na medida em que não é possível, e talvez nem mesmo desejável, subtrair totalmente a subjetividade dos pesquisadores, uma medida cabível para definir quais dados devem ser registrados seria a adoção do processo de observação “em funil”. Nesse processo, são realizadas anotações meramente descritivas cujas interpretações podem subsidiar as observações seguintes (Deslauriers, 1991; Jaccoud; Mayer, 2008).

No caso dos trabalhos em Educação, a observação quase sempre é centrada em um único filho e opera um recorte que obedece a critérios estabelecidos pelo pesquisador. Ainda assim, em relação às pesquisas que tomam um grupo familiar a partir da fala de um único entrevistado, as observações oferecem a vantagem de permitir captar as relações de dominação entre os familiares, sobretudo aquelas relacionadas ao gênero e à geração de seus membros, mas também as associadas às propriedades étnico-raciais em famílias multiraciais. Possibilita ainda a reconstituição de sequências espaço-temporais e o acesso a conteúdos que poderiam ser esquecidos ou censurados pelos sujeitos em uma situação de entrevista.

A combinação de ferramentas

Cabe dizer que, sobretudo em pesquisas etnográficas, mas não apenas nelas, não é rara a combinação de diversas ferramentas de produção de dados. Em diversos de seus trabalhos, Lahire (1997; 2004) assume as entrevistas como ferramenta principal, mas acrescenta a observação, termo que, muitas vezes, utiliza entre aspas, como recurso para confirmar as impressões do pesquisador sobre os relatos dos entrevistados.

Para o autor, o trabalho sociológico consiste justamente em reconstituir esta teia de interdependências “presente tanto na observação direta das práticas quanto nas relações sociais que perpassam as informações produzidas por meio do discurso, no âmbito de uma relação social específica: a entrevista” (Lahire, 1997, p. 75).

No que diz respeito à análise propriamente dita, mesmo nos trabalhos mencionados neste artigo, são escassas as reflexões sobre o problema da interpretação dos dados. No entanto, cabe notar que, em pesquisas com adoção de múltiplas ferramentas, os dados produzidos por observação tendem a ser secundarizados, ao passo que são priorizados os depoimentos dos sujeitos participantes de entrevistas. Mais do que saber se os entrevistados disseram ou não a verdade, cabe ao pesquisador tentar reconstruir as relações de interdependência e disposições sociais prováveis por meio das convergências e contradições internas ao discurso de uma mesma pessoa, e analisar também as informações verbais, paraverbais, contextuais ou estilísticas, conjugadas aos dados produzidos pelas observações das práticas.

Considerações finais

Dada a importância dos processos socializadores primários e das dinâmicas familiares nas trajetórias escolares, é fundamental, para as pesquisas em Educação, compreender as dinâmicas e práticas das famílias. A maior parte dos trabalhos sociológicos sobre a relação família-escola tende a adotar, como ferramenta metodológica, entrevistas ou observação em espaço escolar, e é rara a adoção de observações centradas nos espaços domésticos.

No entanto, frequentemente recai sobre as ferramentas discursivas a desconfiança de que não sejam as mais adequadas para investigar as práticas familiares, uma vez que os sujeitos podem gerir, de forma consciente ou não, o discurso sobre si. Por outro lado, os desafios da observação em espaço doméstico, que decorrem principalmente das dificuldades de acesso ao espaço privado, podem parecer intransponíveis.

Diante desse impasse, este artigo aponta para estratégias que podem reduzir as limitações do uso de entrevistas, como uma postura cautelosa ao deduzir uma disposição a partir de uma única prática relatada ou observada, e a adoção de uma perspectiva comparativa. Essas providências não dispensam a consideração sobre o uso das observações complementares às entrevistas ou mesmo a realização de observações intensivas, já que elas podem revelar dimensões que não estão conscientes ou disponíveis à memória, e se mostram especialmente adequadas para capturar sequências espaço-temporais das interações sociais, os papéis hierarquizados e as negociações internas ao grupo familiar.

Utilizando pesquisa bibliográfica, buscamos reduzir a desconfiança em relação ao uso de entrevistas em pesquisas sobre práticas familiares e apresentar alguns parâmetros que permitam que elas sejam realizadas de forma mais consciente. Além disso, discutimos desafios e estratégias ético-metodológicas que possam encorajar futuras observações em espaços domésticos. Os desafios desta empreitada são numerosos e não se restringem à conquista do aceite das famílias. Antes, envolvem a escolha consciente por uma postura mais participativa ou mais recolhida, decisões a respeito da posicionalidade espacial e da forma de registro dos dados produzidos, uma atitude reflexiva sobre as tensões entre a subjetividade e a objetividade e as implicações éticas de uma tarefa delicada como esta.

Tais como artesãos, os pesquisadores que estudam a relação família-escola em uma perspectiva sociológica devem escolher, no universo da disciplina, os métodos e as maneiras de construir cientificamente a realidade social. Essa escolha deve ser orientada pela questão de sua pesquisa e pela compreensão de que nenhuma metodologia oferece pleno acesso à realidade. No entanto, essa necessária resignação epistemológica não deve impedir o enfrentamento de questões incontornáveis para o avanço das pesquisas sobre a relação família-escola, sobretudo no que concerne às dinâmicas e práticas intrafamiliares.

Nesse sentido, o observador/pesquisador pode utilizar os “artifícios milenares” da “invenção do cotidiano” e das “artes de fazer”, analisados por Michel de Certeau³ (2014) como astúcias sutis ou táticas⁴ a fim de se reapropriar do espaço de maneira criativa para compreender como as práticas cotidianas moldam a realidade social.

Ao analisá-la, é quase certo que nenhuma abordagem qualitativa em domicílios familiares estará livre de desafios. Por outro lado, o pesquisador pode tentar superá-los, ao lançar mão da sua criatividade e colocar em prática recursos disponíveis em um ambiente quase sempre imprevisível. Ao escolher os métodos e as maneiras de construir cientificamente a realidade social, o pesquisador desenvolve, simultaneamente, táticas para lidar com situações e contextos variados, e experimenta aquilo que Michel de Certeau (2014) tão bem descreveu e analisou ao redimensionar a importância da experiência cotidiana, bem como do conhecimento prático, nas “artes de fazer” e na “invenção do cotidiano”.

Referências

- BOUDON, Raymond. *A desigualdade das oportunidades*. A mobilidade social nas sociedades industriais. Brasília: UnB, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *Educação em Revista*, v. 10, p. 3-15, 1989. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/42465/32350>
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. *La miseria del mundo*. Madrid: Akal, 1999. p. 527-543.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução*. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Normas regulamentadoras sobre pesquisa em seres humanos*. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

³ Em seu livro *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau (2014) narra práticas comuns, de uma “multidão de desconhecidos”, pessoas ordinárias. Ao analisar essas práticas, o autor reflete sobre as frequentações, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço onde essas narrações vão abrindo um caminho. Para observar, é preciso pensar “em maneiras de caminhar” (ou de observar?), que pertencem às “maneiras de fazer” dessas pessoas. Conclui o autor que, “para ler e escrever a cultura ordinária, o investigador precisa reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante do seu objeto” (Certeau, 2014, p. 35).

⁴ As táticas podem ser compreendidas, segundo o autor, como uma ação criativa e adaptativa, diferente da noção de estratégia, que demanda um planejamento a longo prazo, com objetivos claros e recursos definidos (Certeau, 2014).

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos*. Brasília, 2016.

BRASIL. *Lei n.14.874, de 28 de maio de 2024*. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Brasília, 2024.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes do fazer*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CRUZ, Silvia. Apresentação. In: CRUZ, Silvia (Org.). *A criança fala: a escuta de crianças e pesquisas*, São Paulo: Cortez, 2008. p. 11-31.

CUNHA, Maria Amália de Almeida; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. “A sorte sorriu para mim”: sorte ou estratégia de evitamento da escola pública “comum”? *Educar em Revista*, v. 34, n. 67, p. 199-214, 2018. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.51651>

CZARNIAWSKA-JOERGES, Barbara. *Shadowing: And other techniques for doing fieldwork in modern societies*. Copenhagen: Copenhagen Business School Press DK, 2007.

DARMON, Muriel. Analyser empiriquement un inobservable: comment «attrape-t-on» une disposition? In: DEPOILLY, Séverine; KAKPO, Séverine (Org.). *La différenciation sociale des enfants*. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 2019. p. 107-137.

DESLAURIERS, Jean-Pierre. *Recherche qualitative*. Guide pratique. Québec: Chenelière, 1991.

FORQUIN, Jean-Claude (Org.). *Sociologia da Educação*: dez anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1995.

GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas*: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade. Rio de Janeiro: LTC, 1988. v. 4.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. *Etnografia: Princípios em prática*. Petrópolis: Vozes, 2022.

HOCHSCHILD, Arlie. *The Second Shift. Working Families and the Revolution at Home*. New York: Viking, 1989.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, 2008. v. 2. p. 254-294.

KAKPO, Séverine. Observer le quotidien des enfants d'enseignants. Retour sur une expérience de terrain. In: DEPOILLY, Séverine; KAKPO, Séverine (Org.) *La différenciation sociale des enfants*. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 2019. p. 165-192.

KOHN, Ruth. L'observation participante et la recherche-action: une comparaison. *Pratiques de Fonnation*, n. 18, p. 69-74, 1989.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares*. As razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos*: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAREAU, Annette. Unequal childhoods: Class, race, and family life. In: GRUSKY, David; HILL, Jasmine (Ed.). *Inequality in the 21st Century*. London: Routledge, 2018. p. 444-451.

LAREAU, Annette; RAO, Aliya. Intensive Family Observations: A Methodological Guide. *Sociological Methods & Research*, v. 51, n. 4, p. 1969-2022, 2022.

MIKATS, Jana. 'When Mom and Dad are Working, I Build LEGO'. Children's Perspectives on Everyday Family Life and Home in the Context of Parental Home-based Work Arrangements. In: FRANKEL, Sam; McNAMEE, Sam; BASS, Loretta (Ed.). *Bringing Children Back into the Family: Relationality, Connectedness and Home*. Leeds: Emerald Publishing Limited, 2020. p. 95-111.

MILLS, Wright. *A Imaginação Sociológica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

NOGUEIRA, Maria Alice. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. *Análise Social*, v. XI, n. 176, 2005, p. 563-578.

NOGUEIRA, Maria Alice; RESENDE, Tânia. Relação família-escola no Brasil: um estado do conhecimento (1997-2011). *Educação: Teoria e Prática*, v. 32, n. 65, p. e02[2022], 2022.

<https://doi.org/10.18675/1981-8106.v32.n.65.s15325>

RIBEIRO VALLE, Ione. A reprodução de Bourdieu e Passeron muda a visão do mundo educacional. *Revista Educação & Pesquisa*, v. 48, 2022. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248244296>

ROBIN, Monique; TILLARD, Bernadette. *Enquêtes au domicile des familles*: la recherche dans l'espace privé. Paris: L'Harmattan, 2010.

RODRIGUES, Arakcy Martins. *Operário, Operária*: estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo. São Paulo: Símbolo, 1978.

RODRIGUES, Arakcy Martins. Mulher e família entre operários e funcionários públicos: uma comparação. *Revista de Administração de Empresas*, v. 20, p. 43-50, 1980.

SIROTA, Régine. *A Escola Primária no Cotidiano*. Porto Alegre: Artmed, 1994.

SIROTA, Régine. Allers-retours sur carnets de terrain: le métier de sociologue en famille. L'observation d'un rite de socialisation. In: TILLARD, Bernadette; ROBIN, Monique. *Enquêtes au domicile des familles*: la recherche dans l'espace privé, 2010. p. 119-141.

VAN ZANTEN, Agnès. La Reflexividad Social y Sus Efectos sobre la Investigación Cualitativa de las Realidades Educativas. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto; TEIXEIRA VILELA, Rita Amélia (Orgs.). *Itinerários de Pesquisa: Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WEBER, Florence. *Trabalho fora do Trabalho*: uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CIBELE NORONHA DE CARVALHO

Doutora em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; Professora substituta, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

MARIA AMÁLIA DE ALMEIDA CUNHA

Doutora em Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil; Professora titular, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autora 1 – Concepção e desenho da pesquisa; construção e processamento dos dados; análise e interpretação dos dados; detalhamento de sua colaboração na elaboração do texto final.

Autora 2 – Concepção e desenho da pesquisa; construção e processamento dos dados; análise e interpretação dos dados; detalhamento de sua colaboração na elaboração do texto final.

APOIO/FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo 311496/2023-7) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Não se aplica.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

CARVALHO, Cibele Noronha de; CUNHA, Maria Amália de Almeida. Desafios metodológicos nos estudos sobre a relação família-escola: como pesquisar um espaço íntimo. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 41, e96126, 2025.
<https://doi.org/10.1590/1984-0411.96126>

O presente artigo foi revisado por Elodia Honde Lebourg. Após ter sido diagramado foi submetido para validação do(s) autor(es) antes da publicação.

Recebido: 12/07/2024

Aprovado: 16/01/2025

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.

